

**COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM:  
A PARTICIPAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA  
ESCOLA**

Suellen Cereda<sup>1</sup>

Profa. Dra. Maria Cecília Luiz<sup>2</sup>

**Resumo:**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da participação de todos e todas nas decisões da escola, além das transformações que ocorrem com esta perspectiva democrática. A instituição escolar não é apenas um espaço de reprodução cultural, mas também um local que fornece às pessoas, fundamentos necessários para formar indivíduos críticos, que saibam fazer escolha e propor mudanças. Apesar do discurso da gestão escolar ser relacionado, algumas vezes, a gestão democrática, sabemos que os espaços coletivos e dialógicos nos processos escolares ainda estão se formando. Foi pensando em transformação da escola que o NIASE/UFSCar (Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa) introduziu o Comunidades de Aprendizagem (C.A.) no Brasil. Hoje, existem três escolas municipais em São Carlos/SP, que escolheram ser Comunidades de Aprendizagem. Elas vêm praticando o diálogo igualitário por meio da participação, provocando nas pessoas envolvidas a vontade de sempre buscar mais, de aprender mais, de sonhar mais com uma escola melhor. Pais e alunos, principalmente, passam a se sentir, e fazer parte da sua escola.

**Palavras-chave:** Comunidades de aprendizagem; Gestão Democrática; Participação dos Familiares; Aprendizagem dialógica.

**LEARNING COMMUNITIES:  
THE PARTICIPATION AS POSSIBILITY OF TRANSFORMATION  
OF THE SCHOOL**

**Abstract:**

This article has as objective to reflect on the importance of the participation of all and all in the decisions of the school, beyond the transformations that occur with this democratic perspective. The school is not only one space of cultural reproduction, but also a place that

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSCar. Pesquisadora do Projeto Comunidades de Aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola, participa do grupo de pesquisa Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa - NIASE, no eixo gestão escolar.  
suellen\_cereda@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Doutora Adjunta do Departamento de Educação (DEd) da UFSCar. Pesquisadora do Projeto Comunidades de Aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola, participa do grupo de pesquisa Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa - NIASE, no eixo gestão escolar.  
cecilialuiz@ufscar.br

it supplies to the people, beddings necessary to form critical individuals, that they know to make choice and to consider changes. Although the speech of the pertaining to administration to be related, some times, the democratic administration, we know that the collective and dialogic spaces in the pertaining to school processes still are if forming. It was thinking about transformation of the school that the NIASE/UFSCar (Nucleus of Inquiry and Social and Educative Action) introduced the Learning Communities (L.C.) in Brazil. Today, three municipal schools exist in São Carlos/SP, which they had chosen to be Learning Communities. They see the dialogic-learning by means of the participation, provoking in the involved people the will always to search more, to learn more, to dream more of a better school. Parents and pupils, mainly, pass if to feel, and to be part of its school.

**Key Words:** Learning Communities; Democratic Administration; Community Participation; Dialogic-learning.

Acredita-se que a função da escola não deva ser apenas a de reprodução cultural, na perspectiva de formar, somente, para o trabalho. Além desta, a instituição escolar deveria também fornecer às pessoas fundamentos necessários para formar indivíduos críticos, que saibam fazer escolhas e propor mudanças. Porém, o que se percebe, é que ainda predomina a formação de pessoas individualistas, competitivas, autoritárias e cheias de preconceito.

Em uma sociedade capitalista, o Estado volta-se muito mais para as questões mundiais (atendendo a globalização da economia), do que com aquelas que envolvem a população de modo geral. Assim, a busca por uma racionalidade instrumental tem sido o reflexo desta política neoliberal, que acaba “direcionando” um tipo de formação que a instituição escolar deve promover. Muitas vezes, por fazer parte deste contexto, a escola (e sua administração escolar, didática e metodologia), reproduz pessoas, neste sistema, que apenas pensam os melhores meios para atingirem os fins desejados (WEBER, 1974). Assim, o que prevalece é o autoritarismo, a centralização, o conservadorismo que mesmo sendo ultrapassados – por levar o ser humano a fragmentação e alienação – não são superados na educação.

Se não crermos que a racionalidade é uma construção humana, e que é possível modificá-la, de nada adianta pensarmos a escola. Afinal o papel que esta desempenha está relacionado com a formação de indivíduos, sem a qual estes não alcançariam níveis elevados de desenvolvimento humano, como pessoas e cidadãos.

Foi pensando na transformação da escola que o NIASE/UFSCar (Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa) introduziu o Comunidades de Aprendizagem (C.A.) no Brasil. Esta forma de gerir a escola está relacionada com a concepção do que é educação para o CREA (Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades), que surgiu na Universidade de Barcelona-Espanha. O C.A., em outros países (EUA e Espanha), teve início na década de 80, não como uma metodologia, mas como forma de resolver o distanciamento entre escola e comunidade por meio da participação dos diferentes agentes educativos, para, juntos, resolverem a questão do fracasso escolar.

As escolas que são Comunidades de Aprendizagem têm como base teórica autores como Habermas (HABERMAS, 1987) e Paulo Freire (FEIRE, 2001, 1967, 1991, 1994, 2006). Para Gabassa (2007), Habermas com a Teoria da Ação Comunicativa, conceitua racionalidade, acreditando que a partir da comunicação os indivíduos chegarão a um

entendimento. O autor prioriza uma relação interpessoal, de compartilhamento de desejos, intenções e pensamentos, com a pretensão de que seja verdadeiro o que emitimos, além de correto em relação às normas (retitude) e a veracidade, expressando realmente o que o cada indivíduo pensa. Por meio dessa relação de diálogo, da ação comunicativa, é que se atingirá “um ponto comum”, que melhor promulgue a necessidade coletiva.

Para Freire (2005), o diálogo é uma forma das pessoas mudarem o mundo e a si mesmas. É ação e reflexão. Assim, este só é possível quando há o amor ao mundo e às pessoas, com humildade na hora de falar, com fé, acreditando na transformação, com confiança entre os sujeitos, com esperança em uma realidade diferente. Com um pensar crítico, que não se acomoda com o que está determinado, os oprimidos se libertam, e para isso, precisam dessa ação dialógica.

O CREA elaborou o conceito de aprendizagem dialógica a partir desses dois conceitos: comunicação e diálogo igualitário; que somados à educação, formam uma tríade transformadora das desigualdades sociais (MELLO, 2007).

São sete os conceitos que compõem a aprendizagem dialógica: o primeiro conceito, o *diálogo igualitário*, considera a posição de todos independente do grau de escolaridade, profissão, idade, etc., o melhor argumento será aceito. A *inteligência cultural*, segundo conceito, leva à prática as habilidades comunicativas no ambiente familiar, escolar, etc. O terceiro, a *transformação*, se dá a partir da possibilidade de dialogar, analisar e validar o argumento decidido pelo grupo, a partir disso é que há mudança interna e externa. E nesse processo de transformação tem-se o contato com o conhecimento instrumental dando a oportunidade para a aprendizagem de conteúdos, temos então a *dimensão instrumental*, o quarto conceito. A *criação de sentido*, o quinto conceito, ocorre para resgatar os valores perdidos no mundo individualista, levando as pessoas a refletir e optar por algo que beneficie o grupo. O sexto, *solidariedade*, é um reflexo de todos os outros conceitos no contato entre as pessoas e também com grupos em situação de exclusão social. *Igualdade de diferença*, sétimo e último conceito, é o respeito pelas diferenças. É proporcionada às pessoas, pela aprendizagem dialógica, a reflexão sobre sua cultura e as demais, promovendo o “respeito aos diferentes modos de vida” (MELLO, 2007).

Quando a escola faz a opção de tornar-se C.A. (praticando todos estes conceitos), passa por algumas fases, como a de sensibilização, decisão, sonho, prioridades, planejamento, e o processo de consolidação que tem fases de: investigação, formação e avaliação. É nesse processo que todas as partes (professorado, direção e familiares) entendem os objetivos propostos pelo C.A. e se comprometem em realizá-lo, caso

contrário, é inviável a escola tornar-se Comunidade de Aprendizagem, pois, o objetivo maior é gerar transformação a partir da participação de todos.

As escolas que são C.A. intencionam essa participação, provocando nas pessoas envolvidas a vontade de sempre buscar mais, de aprender mais, de sonhar mais com uma escola melhor. É por meio da prática do diálogo que pais, alunos e toda a comunidade participam de decisões e projetos da escola, as relações existentes são modificadas e há solidariedade umas com as outras. Assim, a idéia é de promover debates em que os sujeitos (independente de sua posição social) construam juntos os currículos, e tanto educadores como educandos aprendam. Nessa perspectiva, o espaço escolar passa a ser um ambiente de ação comunicativa, formando indivíduos críticos e participativos, portanto, fazendo parte, sendo parte e tomando parte de tudo que diz respeito à instituição.

É necessário estimular a participação para que haja a transformação da realidade, sendo, principalmente, responsabilidade da escola assumir esta postura. Com a participação, o ser humano (ao tomar parte em algum segmento da sociedade) contribui de forma positiva tanto para os setores progressistas quanto para os tradicionalistas. Segundo Bordenave (1992), podemos evidenciar três tipos de participação: a econômica, política e popular. Esta última tem ajudado a lutar contra os graves problemas dos países subdesenvolvidos.

O direito a participação e de tomada de decisão é a base para a obtenção de uma gestão democrática. O objetivo de realizar ações e metas de ensino, segundo este conceito, é a busca pela qualidade de ensino e seus resultados. Para isso, esta gestão democrática deve acontecer com práticas escolares pautadas por filosofia, valores, princípios e idéias consistentes, determinando o seu modo de ser e de fazer (LÜCK, 2006).

Baseados em Habermas e Freire, o C.A. propõem uma “escola diferente”. Essa instituição escolar deve ter o papel de praticar o diálogo crítico e libertador; e para que ele ocorra supõe-se que haja ação, afinal uma real reflexão, conduz à prática. Uma das formas de acontecer esta prática seria por meio da educação não-formal (GOHN, 2006).

A autora (ibidem, 2006), define a educação não-formal como aquela que se aprende nos espaços coletivos, trocando experiências com outras pessoas. De maneira alguma esta educação substitui a formal; ao contrário, a primeira serve de complemento para a segunda, e essa complementação se dá por meio de atividades que unam a comunidade e a escola. Ela ocorre em ambiente construído coletivamente, segundo aquilo que é vivido pelo grupo. Para Gohn (2006): “*Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes*” (p.29). Os objetivos dessa

aprendizagem são construídos em conjunto, proporcionando aos indivíduos “se tornarem cidadãos do mundo, no mundo” (GOHN, 2006, p.29).

Podemos observar essa ligação da educação formal com a não-formal nas escolas que são Comunidade de Aprendizagem (C.A.). Essas instituições oferecem, aos alunos e à comunidade de entorno, atividades que proporcionam não só a aprendizagem de conteúdos formais, mas também leva a transformação pessoal e do coletivo. A tertúlia literária dialógica, por exemplo, é uma atividade de leitura de literaturas escolhidas pelo grupo e, ao longo desse momento, cria-se um espaço de diálogo, em que as pessoas, independente de sua idade, sexo, nacionalidade, nível escolar, participam, contando suas experiências e aprendendo com a vivência das outras pessoas. Sendo assim, é mais que uma leitura ou interpretação de texto, é uma transformação coletiva.

Como ressaltamos no início deste artigo, as políticas públicas educacionais, muitas vezes, não têm se preocupado em tornar as escolas públicas um local que forme cidadãos reflexivos e críticos. Essas instituições, por fazerem parte deste “sistema macro” ficam impossibilitadas de promover mudanças no ambiente escolar, ficando a mercê de regras e princípios que não são seus.

Na contramão desta lógica, as escolas Comunidades de Aprendizagem têm buscado maneiras de pensar as transformações em seus ambientes: primeiro pela opção de escolha (nada é imposto, a escola e a comunidade fazem a opção pelo diálogo igualitário), e depois pelo trabalho coletivo na escola, com a participação de todos e todas, na perspectiva da aprendizagem dialógica.

## **Referências**

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é Participação**. (7ª ed.) São Paulo: Editora Brasilienses, 1992 (Coleção Primeiros Passos, nº 95).

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **A educação na Cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 43ª edição, 2005.

\_\_\_\_\_. **À sombra de uma mangueira**. 8ª Ed. São Paulo: Ed. Olhos d'Água, 2006.

GABASSA, Vanessa. **Contribuições para a Transformação das Práticas Escolares: Racionalidade Comunicativa em Habermas e Dialogicidade em Freire**. 2007. 211p.

Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos/SP.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan./mar. 2006. [Disponível: [www.scielo.org](http://www.scielo.org)]

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de La Acción Comunicativa**. Vol.II Racionalidad de La acción y racionalización social. Madrid. Taurus, 1987.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série Cad. de Gestão. Vol.II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006b.

\_\_\_\_\_. **A gestão participativa na escola**. Série Cad. de Gestão. Vol.III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008c.

MELLO, Roseli. Rodrigues. **Comunidades de Aprendizagem: Democratizando relações entre escola e comunidade**. São Paulo: ANPED, 26<sup>a</sup> reunião anual. GT: Movimentos Sociais, 2003. Meio digital: <http://www.anped.org.br/26/trabalhos/roselirodriguesdemello.rtf>.> Acessado em 9 de outubro de 2007.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia e outros escritos**. In: Os Pensadores. São Paulo, 1974.

Agradecimentos à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, bolsa de iniciação científica, processo número 08/51470-9.